

GUIA DE CURSO

Direito



**Universidade
Potiguar**

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Missão, a Visão e os Princípios Institucionais integram o perfil institucional como elementos norteadores da tomada de decisões e do provimento de recursos e investimentos que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos com o desenvolvimento sustentável do Estado, da Região e do País.

A missão da Universidade Potiguar é formar cidadãos comprometidos com os valores éticos, culturais, sociais e profissionais, contribuindo – através do ensino, da pesquisa e da extensão de excelência – para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, da Região e do País.

A visão da UnP é “ser uma universidade de excelência na formação cidadã, pela prática efetivamente integrada do ensino, da pesquisa e da extensão, por uma gestão ética, ágil e inovadora e pela participação constante no desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, da Região e do País”.

De acordo com o seu Estatuto, a UnP, como instituição pluridisciplinar formadora de quadros profissionais de nível superior, promotora da pesquisa e da extensão e, sob a forma de uma comunidade inspirada nas liberdades fundamentais, tem como objetivo geral a promoção do bem comum pelo desenvolvimento das ciências, das letras e das artes, pela difusão e preservação da cultura e pelo domínio e cultivo do saber humano em suas diversas áreas.

Com mais de 35 anos de funcionamento, a UnP é a única Universidade particular do RN, atuando ao lado de três outras instituições públicas, da mesma natureza.

A UnP tem a sua estrutura física assim organizada: Campus Natal, com cinco Unidades – Floriano Peixoto, Salgado Filho, Nascimento de Castro, Roberto Freire e João Medeiros; e Campus Mossoró, fora da sede. Além disso, opera em polos de educação a distância localizados no interior e na capital do Rio Grande do Norte (RN) e em outras Unidades da Federação – regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Conta ainda com um núcleo avançado denominado Núcleo Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (NIPEC), em Parnamirim – município da Grande Natal.

Em novembro de 2007, a UnP passou a integrar a Laureate International Universities, e alunos, professores e colaboradores tornaram-se parte de uma comunidade acadêmica internacional, com oportunidades de formação e atuação mundial por meio de programas de intercâmbio.

A partir desse momento, a evolução histórica institucional, já marcada pelo contínuo crescimento e qualidade de suas iniciativas, segue com redimensionamentos e aperfeiçoamentos, considerando a condição de internacionalidade da UnP e os resultados da avaliação institucional. Como resultado, observou-se a ampliação e diversificação da oferta de serviços educacionais apoiadas em eficientes processos de gestão e numa infraestrutura acadêmica, administrativa e tecnológica em constante atualização.

Atualmente, oferta mais de 80 cursos de graduação presencial divididos nos campi de Natal e Mossoró.

Na educação a distância (EaD) destaque à criação do Núcleo de Educação a Distância (NEaD) em 2004 e, no ano 2006, o credenciamento institucional para atuação nacional nos diversos níveis do ensino superior. Atualmente, são ofertados mais de 20 cursos em polos no RN e em outras Unidades da Federação.

Na pós-graduação lato sensu, implantada desde os anos 1990, a oferta presencial compreende um portfólio de mais de 70 cursos de especialização, nos mais diversos campos: ciências jurídicas, educação, hospitalidade, engenharias, tecnologia e informática, meio ambiente, gestão e negócios, comunicação e saúde.

Em nível stricto sensu conta com dois doutorados, um em Administração e outro em Biotecnologia com parceria com a Renorbio; e seis mestrados, quatro mestrados profissionais – Administração, Biotecnologia, Engenharia de Petróleo e Gás, e Psicologia Organizacional e do Trabalho e, dois acadêmicos - Administração e Biotecnologia da Saúde.

Todos os cursos de graduação e de pós-graduação e respectivas atividades de ensino, pesquisa e extensão encontram-se organizados por áreas de conhecimento: Arquitetura, Design e Moda; Comunicação e Artes; Direito;

Educação; Engenharias e Tecnologia da Informação; Gestão e Negócios; Hospitalidade; e da Saúde.

SOBRE O CURSO

O curso de Direito prepara o aluno para os reais desafios da profissão, por meio de um programa de ensino completo e inovador. Com uma moderna arquitetura curricular (que integra a teoria e a prática, bem como conteúdos atualizados e adaptados constantemente às necessidades do mercado jurídico), distribuídas ao longo de 10 semestres, os alunos são capacitados, em disciplinas de Estágio de Prática Supervisionada desde o terceiro semestre, a elaborar peças processuais com base em situações concretas, fazer pesquisas na doutrina e na jurisprudência, examinar e acompanhar processos, participar de atividades forenses e, especificamente, audiências.

Assim, durante os estudos, o acadêmico conhece, entre outros, os conceitos de ciências políticas, filosofia, ética, psicologia jurídica, direitos humanos, direito da família, processo penal, responsabilidade civil, organização do estado. Deve-se destacar que todas as atividades são organizadas e conduzidas por um corpo docente de excelência, formado por juristas de renome, doutores, mestres e especialistas nas áreas em que lecionam. E estes professores fazem uso de metodologias ativas, buscando maior interação com os discentes e aulas cada vez mais dialógicas.

Por fim, cabe lembrar que, devido à participação da IES na rede de ensino Laureate International Universities, a internacionalidade torna-se outra característica marcante do curso, com possibilidade de intercâmbio, do corpo docente e discente, em mais de 60 instituições acadêmicas de países da América, Europa e Ásia.

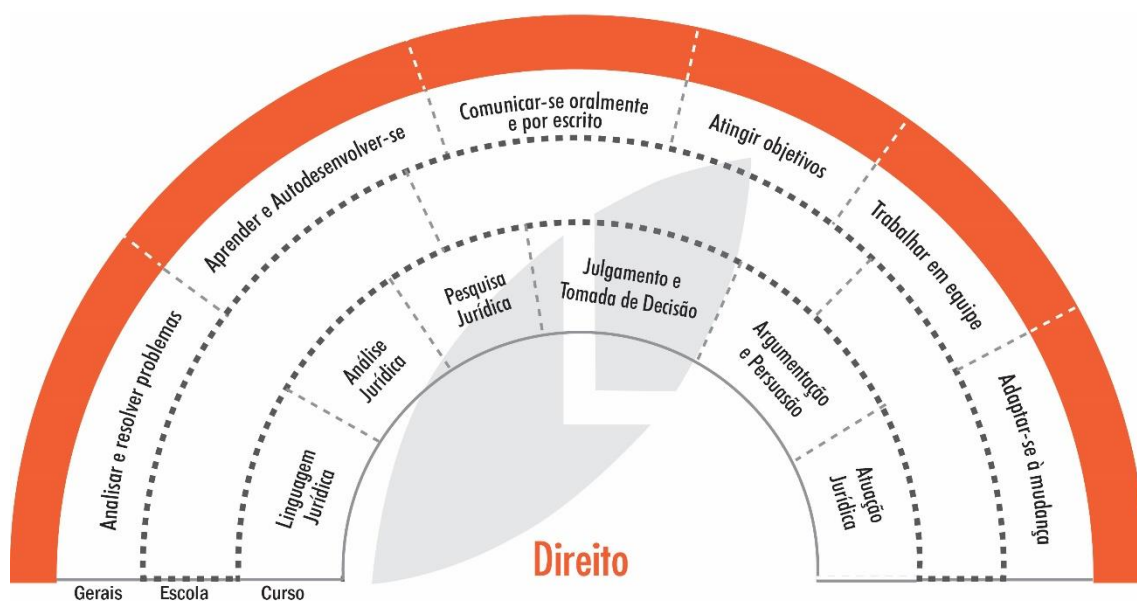
OBJETIVO GERAL DO CURSO

O bacharel em Direito tem como missão zelar pela harmonia, estabilidade social e segurança jurídica nas relações entre as pessoas. Para tanto, o profissional precisa estar habilitado a advogar ou a exercer as outras profissões

atinentes ao bacharel em Direito. Necessita, pois, dominar os fundamentos dos campos do Direito e possuir valores pertinentes aos cidadãos que contribuem para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de um país pautado na cidadania, dignidade da pessoa humana, trabalho, livre iniciativa, pluralismo político, bem como na prevalência dos direitos humanos, igualdade entre os Estados e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Assim, o objetivo do curso é formar profissionais competentes, conscientes e éticos, que atendam às demandas de um mercado em constante movimento e crescimento.

COMPETÊNCIAS DA ÁREA DE CONHECIMENTO E DO CURSO



PÚBLICO-ALVO

O curso se destina a pessoas interessadas a desenvolver, ampliar ou formalizar competências e habilidades na área do curso. O mercado tem se comportado de maneira positiva na absorção de egressos do curso, que podem ocupar posições de trabalho nos setores público e privado, como Magistrados,

Promotores Públicos, Defensores Públicos, Procuradores do Estado, Policiais e Advogados, entre outros.

Ao fim da formação, o estudante deverá ter desenvolvido as seguintes competências/habilidades, conforme disposto no artigo 4º da Resolução CNE/CES N° 9, de 2004:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões; e,

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

DISCIPLINAS E EMENTÁRIO

CIÊNCIA POLÍTICA E FUNDAMENTOS DE DIREITO ELEITORAL

A disciplina trata dos fundamentos da Política e da Democracia, com destaque para a evolução do pensamento político, da separação dos poderes e da Teoria do Estado. Aborda, ainda, os fundamentos do Direito Eleitoral.

DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A disciplina trata das noções gerais do Direito Administrativo, conceito e fontes do regime jurídico da administração pública direta e indireta, isto é, agentes públicos, atos e fatos administrativos e o processo administrativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO - BENS PÚBLICOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A disciplina trata das noções gerais do Direito Administrativo, com especial destaque para o tratamento jurídico dos bens públicos, das licitações, dos contratos e dos serviços públicos, abordando, ainda, a atuação do Estado na ordem econômica e na propriedade privada e sua responsabilidade extracontratual.

DIREITO CIVIL - PARTE GERAL

Enfoca o estudo da teoria geral do Direito Civil. Aborda os conceitos de relação jurídica e seus sujeitos, fatos, atos e negócios jurídicos. Trata, também, dos institutos da prescrição e da decadência. Tudo isso é feito a partir de uma perspectiva constitucionalmente adequada (constitucionalização do direito privado).

DIREITO CIVIL APLICADO - FAMÍLIA E SUCESSÕES

Estuda a evolução histórica dos direitos de família sucessório, em especial após a Constituição Federal de 1988. Aborda questões de direito matrimonial e convivencial, relações de parentesco, filiação, abertura e formas de sucessão, transmissão de herança, rito comum das ações de família e procedimentos do inventário e da partilha judicial e extrajudicial.

DIREITO CIVIL APLICADO - TEORIA DO CONTRATO

A disciplina enfoca a teoria geral dos contratos. Aborda a formação do contrato, classificação, efeitos, evicção e vícios, bem como os procedimentos decorrentes. Analisa a extinção da relação contratual e examina as espécies de contratos civis e mercantis.

DIREITO CONSTITUCIONAL

A disciplina trata das bases do Direito Constitucional Positivo, com destaque para a estrutura e função dos Poderes do Estado, das funções essenciais à justiça e da organização da ordem econômica e social.

DIREITO EMPRESARIAL - TEORIA DA EMPRESA

A disciplina devota-se ao estudo das sociedades empresariais dentro de um contexto jurídico sistêmico, percebendo a atividade empresarial como um elemento fundamental no desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, mormente em seu viés econômico.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Percorre a História do Direito do Trabalho, sua teoria geral e princípios gerais e constitucionais. Conceitua as relações de trabalho e emprego, o contrato de trabalho e especiais e as questões relativas à remuneração, jornada de trabalho, alteração do contrato e garantia de emprego. Aborda, ainda: terceirização, cooperativas, formas de cessação da relação empregatícia e prescrição.

DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES ECONOMICAS

A disciplina trata dos fundamentos do Direito Internacional Público e Privado, envolvendo o sistema de tratados e resolução de conflitos internacionais, os organismos e fontes das normas, do direito do estrangeiro, com especial

destaque para as inter-relações entre os Estados e a ordem econômica internacional.

DIREITO PENAL - SOCIOLOGIA E TEORIA DO CRIME

A disciplina aborda os mecanismos e instituições que geram mudanças sociais, relacionando-os com as bases sociológico-jurídicas, bem como sobre conceito de crime, a principiologia penal e a teoria da lei penal a partir de um enfoque constitucional, desenvolvendo o espírito crítico sobre a sua aplicação. Aborda, ainda, a teoria do delito, especialmente a tipicidade e a antijuridicidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÕES

A disciplina aborda a tutela jurisdicional executiva cível, a partir da relação entre cognição e execução. Trata da teoria geral da execução, dos títulos executivos, da responsabilidade patrimonial, dos meios executivos típicos e atípicos e dos procedimentos executivos. Aborda, ainda, a liquidação e o cumprimento de sentença e as defesas do executado na execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO DE CONHECIMENTO

A disciplina aborda o procedimento comum do processo de conhecimento de natureza cível, em primeiro grau de jurisdição: a petição inicial, a audiência de conciliação ou sessão de mediação, a defesa, a fase de saneamento, a fase instrutória, a sentença e a coisa julgada. Aborda, ainda, as tutelas provisórias de urgência e de evidência: distinções; requisitos; procedimentos e efetivação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS

A disciplina aborda a fase recursal na esfera cível, iniciando pelos pronunciamentos jurisdicionais e aprofundando a teoria geral dos recursos e

recursos em espécie. Aborda, ainda, o microsistema da tutela de causas repetitivas, os precedentes judiciais vinculantes e a ação rescisória.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

A disciplina aborda aspectos relativos ao direito processual do trabalho, no que tange à organização e competência da Justiça do Trabalho, princípios, dissídios individuais e coletivos, procedimentos nos dissídios individuais trabalhistas desde a petição inicial, sistema recursal e execução, ação rescisória e ações civis admitidas no processo trabalhista.

DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO E EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

A disciplina versa sobre o rito processual penal na perspectiva constitucional, desde a investigação preliminar e passando pela ação penal até a coisa julgada, com destaque para: a competência, a teoria da prova, o concurso de crimes e de pessoas, os impedimentos, os prazos, as causas de extinção da punibilidade, as decisões judiciais e a coisa julgada.

DIREITO PROTETIVO, COLETIVO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

Aborda a segurança e a saúde do trabalhador, o direito coletivo do trabalho a partir dos princípios, organização sindical, negociação coletiva e formas de composição dos conflitos e o direito de greve. Trata, ainda, da previdência social, do sistema nacional de seguridade social, do contencioso administrativo e procedimento judicial quanto ao tempo de serviço, benefícios e custeio.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Aborda a teoria geral do conflito e os diferentes modelos de solução, considerando as variáveis psicológicas que afetam o indivíduo e os grupos.

Aborda, também, a crise na jurisdição e a mudança de paradigma na solução de litígios, proporcionando prática em negociação, conciliação, mediação e arbitragem.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA – PENAL

A disciplina aborda a prática simulada de atos processuais do processo penal: denúncia, resposta escrita à acusação, pedidos de liberdade e restituição de coisas apreendidas, memoriais escritos, sentença, recursos e ações autônomas de impugnação, além de audiências e sessões de julgamento. Proporciona, por meio de convênios, o acompanhamento de casos reais, com elaboração de peças processuais.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA – TRABALHO

A disciplina aborda a prática simulada de atos processuais relacionados ao direito do trabalho. Proporciona, também, a prática real, com atendimento de assistidos, elaboração de peças processuais e acompanhamento de atos judiciais, de audiências e sessões de julgamento.

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

A disciplina busca o desenvolvimento de conhecimentos de ética geral e profissional a partir do enfrentamento de situações problema de ordem prática pelo processo de tomada de decisão e da reflexão da relevância de uma conduta profissional pautada pelo respeito ao indivíduo, à ética e às necessidades sociais em meio ao âmbito específico do Direito.

FILOSOFIA DO DIREITO E DIREITOS HUMANOS

A disciplina trata do estudo crítico do Direito, visando a estimular o estudante a exercitar a investigação permanente do fenômeno jurídico e indagar sobre a

justiça, a cidadania e os direitos humanos, abordando as relações étnico-raciais globais inerentes aos direitos das minorias, no âmbito de temas como a dignidade da pessoa humana, a discriminação, a intolerância e o racismo.

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A disciplina trata da Teoria da Constituição em perspectiva evolutiva, partindo do conceito e classificação de Constituição, do poder constituinte, com destaque para a Teoria dos Direitos Fundamentais e a Hermenêutica Constitucional no Controle de Constitucionalidade.

TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

A disciplina aborda o estudo conceitual e crítico das principais teorias normativas do Direito, além de abordar a historicidade do estudo jurídico, desde as formações civilizatórias do período arcaico às formações sócio-históricas ocidentais contemporâneas.

TEORIA DO PROCESSO

Aborda os institutos fundamentais do Processo Civil, a partir do estudo dos princípios constitucionais. Os pilares estruturantes da Teoria do Processo: jurisdição, ação e processo - com atenção ao modelo multiporta de justiça e meios integrados de solução de conflitos, competência, sujeitos do processo, auxiliares de justiça, atos, prazos, nulidades e o negócio jurídico processual.

TUTELAS COLETIVAS DE CONSUMO E MEIO AMBIENTE

A disciplina aborda a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos com foco no direito do consumidor e no direito ambiental, seus princípios, regras específicas e aspectos relacionados à responsabilidade civil

consumerista e ambiental, bem como as normas fundamentais da tutela jurisdicional coletiva.

COMUNICAÇÃO

Estuda o processo comunicativo em diferentes contextos sociais. Discute o uso de elementos linguísticos adequados às peculiaridades de cada tipo de texto e situação comunicativa. Identifica e reflete sobre as estratégias linguístico-textuais em gêneros diversificados da oralidade e da escrita.

ANTROPOLOGIA E CULTURA BRASILEIRA

Trata da construção do conhecimento antropológico e o objeto da antropologia. Analisa a constituição da sociedade brasileira em suas dimensões histórica, política e sociocultural; a diversidade da cultura brasileira e o papel dos grupos indígena, africano e europeu na formação do Brasil. Enfatiza o papel dos Direitos Humanos.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Estuda temas relevantes da contemporaneidade como o processo de construção da cidadania e suas respectivas interfaces com os direitos humanos, ética e diversidade. Analisa as interferências antrópicas no meio ambiente e discute o desenvolvimento sustentável e o impacto das inovações tecnológicas. Aborda ainda tendências e diretrizes sociopolíticas, e questões de responsabilidade social e justiça.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Analisa as representações sociais e construções de identidade nos diferentes ambientes e suas inter-relações e influências no desenvolvimento humano. Discute desafios e avanços na sociedade brasileira dos grupos sociais

tradicionalmente excluídos. Explora processos e práticas por meio dos quais os sujeitos constroem e reconstroem conhecimentos nos diferentes contextos formativos de seu cotidiano.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - CIVIL E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

A disciplina aborda práticas simuladas de natureza cível, além de práticas reais de atendimento a assistidos e elaboração de peças processuais, com acompanhamento de atos extrajudiciais e de processos nos tribunais. Aborda, ainda, as tecnologias da informação necessárias à utilização das ferramentas virtuais para atuação e acompanhamento de demandas judiciais nos foros e tribunais.

DIREITO CIVIL APLICADO - REAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Estuda as relações de titularidade a luz de interpretação constitucional. Aborda a relação existente entre direitos reais e pessoais, posse e propriedade e as respectivas ações possessórias e petições, bem como o fracionamento dos poderes da propriedade em direitos reais de aquisição, garantia e uso, gozo e fruição, além dos efeitos e atributos da propriedade intelectual.

DIREITO PENAL APLICADO - DEMAIS CRIMES EM ESPÉCIE, RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS

A disciplina aborda o direito à liberdade e procedimentos de recursos e ações autônomas correlatos, bem como nulidades processuais e apuração de crimes no direito econômico (organizações criminosas, lavagem de dinheiro, licitatórios, contra a ordem tributária, o sistema financeiro, a administração pública), além do terrorismo, da colaboração premiada, compliance e lei anticorrupção.

DIREITO PENAL APLICADO - CRIMES EM ESPÉCIE O OS RITOS PENAIS

Aborda diversos institutos penais e processuais de forma encadeada e crítico-reflexiva, compreendendo a sua subordinação aos princípios constitucionais: procedimentos comuns ordinário, sumário, sumaríssimo e especiais que envolvem o Tribunal do Júri, drogas, crimes contra a honra, cometidos por funcionário público, violência doméstica e contra a mulher e, ainda, processo eletrônico.

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Falência: características, pressupostos e procedimento (do pedido à liquidação do processo falimentar). Falido: restrições pessoais e regime patrimonial, provisoriedade da empresa, patrimônio separado; atos e contratos do falido. Credores do falido e os efeitos da falência sobre eles. Classificação dos créditos. Recuperação judicial: viabilidade e meios de recuperação da empresa. Órgãos e processo de recuperação. Convolação. Recuperação extrajudicial. Requisitos, homologação e efeitos sobre os credores.

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL

Estuda as relações obrigacionais, suas bases históricas, conceituais e dogmáticas. Aborda o inadimplemento da obrigação, os vícios redibitórios e a evicção, as modalidades de obrigação, a execução, o adimplemento e a extinção das obrigações, a responsabilidade civil contratual e extracontratual, objetiva e subjetiva, e as excludentes de responsabilidade.

DIREITO PENAL - CULPABILIDADE E PENAS

A disciplina trata da reflexão sobre a teoria do crime, especialmente a culpabilidade, a partir de um enfoque constitucionalmente adequado, identificando os principais marcos históricos e políticos relacionados às garantias constitucionais, bem como do desenvolvimento do espírito crítico no que tange aos principais institutos da culpabilidade e da imputabilidade em suas relações

com a teoria do crime e a aplicação da pena, também abordando o processo de aplicação das sanções penais e suas modalidades, cotejando a previsão teórica com a prática vivenciada hodiernamente.

DIREITO TRIBUTÁRIO - TEORIA DO TRIBUTO

A disciplina tem como objeto de estudo o tratamento jurídico do tributo em sua dimensão constitucional e infraconstitucional, tendo como ponto de partida a análise do conceito de tributo e suas espécies, o estudo da relação tributária e seus reflexos nas demais dimensões do Direito.

TÓPICOS ESPECIAIS I

A disciplina aborda os principais conteúdos teóricos dos seguintes ramos da ciência do Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, a partir da doutrina, legislação e jurisprudência uniforme dos Tribunais Superiores.

TÓPICOS ESPECIAIS II

A disciplina aborda os principais conteúdos teóricos dos seguintes ramos da ciência do Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, a partir da doutrina, legislação e jurisprudência uniforme dos Tribunais Superiores.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Aborda o planejamento de pesquisa, a estrutura e tipos de trabalhos científicos, as bases de dados e fontes de pesquisa, o processo de pesquisa, a formatação do trabalho científico, a delimitação de tema, título e problema de pesquisa, os

objetivos de pesquisa, a contextualização e a justificativa de pesquisa, a fundamentação teórica da pesquisa e a estrutura metodológica.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Aborda o planejamento de pesquisa, a estrutura e tipos de trabalhos científicos, as bases de dados e fontes de pesquisa, o processo de pesquisa, a formatação do trabalho científico, a delimitação de tema, título e problema de pesquisa, os objetivos de pesquisa, a contextualização e a justificativa de pesquisa, a fundamentação teórica da pesquisa e a estrutura metodológica.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas ao contexto do curso que contribuem na formação profissional mais ampla do aluno, envolvendo alternativa ou simultaneamente, produção, pesquisa, intercâmbio, visitas técnicas, participação em eventos e outras consideradas próprias ao curso.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

A disciplina discute o conhecimento e o método científico. O enfoque recai nas etapas de pesquisa científica e as normas de apresentação de trabalhos acadêmicos. Versa ainda sobre os gêneros textuais científicos e aspectos éticos na pesquisa.

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO PENAL

Trata da compreensão crítica do processo de execução criminal e do cumprimento da pena, levando-se em consideração os mecanismos formais de Controle Social e os fins da pena. Além disso, propõe um exame constitucional da Lei de execução penal, analisando a estrutura dos procedimentos gerais da

execução penal, com seus elementos, princípios, direitos e deveres do apenado, bem como seus conceitos elementares.

DIREITO DO TRABALHO APLICADO - DA ADVOCACIA PREVENTIVA AO CONTENCIOSO TRABALHISTA

A disciplina aborda aspectos relativos ao direito processual do trabalho, no que tange à organização e competência da Justiça do Trabalho, princípios, dissídios individuais e coletivos, procedimentos nos dissídios individuais trabalhistas desde a petição inicial, sistema recursal e execução, ação rescisória e ações civis admitidas no processo trabalhista.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - PLANEJAMENTO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO

A disciplina aborda a prática de direito empresarial e direito tributário, com a atividades simuladas de peças processuais e outros atos jurídicos relacionados a essas áreas de conhecimento. Proporciona, também, a prática real, com atendimento aos assistidos e acompanhamento de atos judiciais e extrajudiciais.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA – FAMÍLIA

A disciplina implementa uma abordagem prática dos procedimentos processuais de família, com atividades práticas simuladas para elaboração de peças processuais e outros atos jurídicos relacionados a esta área de conhecimento. Proporciona, também, a prática real, com atendimento de assistidos e acompanhamento de atos judiciais e extrajudiciais, de audiências e sessões de julgamento.

OPTATIVA I

OPTATIVA II

FREQUÊNCIA

A avaliação do desempenho escolar, além do aproveitamento, abrange aspectos de frequência. A Instituição adota como critério para aprovação a frequência mínima de 75% da carga horária total da disciplina. O estudante que ultrapassar esse limite está automaticamente reprovado na disciplina. Nas disciplinas e cursos a distância a frequência é apurada a partir da completude das atividades propostas no ambiente de aprendizagem e seguem o mesmo critério para aprovação.

UNIVERSIDADE POTIGUAR

Você, estudante, é parte integrante da comunidade acadêmica da **Universidade Potiguar** e pode desfrutar de toda a infraestrutura que a Universidade oferece.

São diversos campi com instalações modernas, laboratórios de última geração, bibliotecas com acervo abundante, além de outros diferenciais.

- Campus Mossoró – Av. João da Escóssia, 1561, Nova Betânia, CEP: 59.607-330 - Mossoró/RN.
- Unidade Floriano Peixoto – Av. Floriano Peixoto, 295, Petrópolis, CEP: 59012-500, Natal/RN.
- Unidade Nascimento de Castro – Av. Nascimento de Castro, 1597, Dix-Sept Rosado, CEP: 59054-180, Natal/RN.
- Unidade Roberto Freire – Av. Eng. Roberto Freire, 2184, Capim Macio, CEP: 59082-902, Natal/RN.
- Unidade Salgado Filho – Av. Sen. Salgado Filho, 1610, Lagoa Nova, CEP: 59056-000, Natal/RN.
- Unidade Zona Norte – Av. João Medeiros Filho, 2300, Potengi, CEP: 59120-555, Natal/RN.



www.unp.br  /universidadepotiguar  @unpoficial



**Universidade
Potiguar**

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®